

ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 19

Nº 52

Janeiro/Julho/2008

CONTEÚDO

<i>Autonomia ou Separatismo? Notas sobre o Referendum de Santa Cruz, na Bolívia</i> <i>Carmen Rosário Ortiz G. Gelinski</i>	01
Favelas e o Crescimento Econômico <i>João Rogério Sanson</i>	06
A Violência Recente no Brasil <i>Helton Ricardo Ouriques</i>	08
Contornos da Economia Solidária em Santa Catarina <i>Hoyêdo Nunes Lins</i>	10

Autonomia ou Separatismo? Notas sobre o Referendum de Santa Cruz, na Bolívia¹

*Carmen Rosario Ortiz G. Gelinski**

Em 2006, assumia a presidência da Bolívia o primeiro presidente indígena da sua história, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS)². Fenômeno ora festejado, ora comentado amplamente pela imprensa internacional, trazia em si um alento de esperança para a população mais desfavorecida do país. Embora o passado de dirigente cocaleiro de Morales não o elevasse à condição de estadista, os grupos que lhe davam consistência teórica instigavam o imaginário dos eleitores com a possibilidade de um projeto novo para o país.

Eleito com 54% dos votos, recebeu o apoio não apenas de eleitores simpáticos às causas camponesas, como também daqueles desiludidos com os políticos de plantão. Entretanto, ao assumir o poder, a causa camponesa dá lugar à retórica indigenista e, por influência do seu vice, García Linera, segue com o discurso da esquerda pós-colonial, de enfrentar não apenas o capitalismo, mas o domínio branco. Com isso, fica cada vez mais patente, como lembram Poupeau e Do Alto (2008), a incapacidade do governo de elaborar um projeto apto a incluir os setores não indígenas e, portanto, as regiões distantes da base territorial de apoio de Morales: La Paz, Oruro e Potosí, departamentos que compõem a região andina do país³.

A retórica indigenista do novo governo, que mobilizaria os movimentos sociais na região andina, trazia no seu bojo um projeto cada vez mais centralizado de poder no eixo La Paz-El Alto (cidade vizinha de La Paz e principal colégio eleitoral de Morales). Por sua vez, os departamentos da região oriental do país, com uma configuração social e econômica diferente da andina, respondem com a consolidação de uma pauta de reivindicações, a principal delas, a autonomia departamental. Ganham destaque nesse processo os departamentos da chamada Meia Lua (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija).

Cabe esclarecer que o governo Morales tem também propostas autonômicas, só que, ao invés de autonomias territoriais (por departamento), propõe autonomias culturais⁴. Elas, por estarem acima dos aspectos territoriais, teriam a sua esfera definida por identidades étnicas ou lingüísticas, o que geraria pelo menos dez níveis

* Professora do departamento de Ciências Econômicas da UFSC e doutoranda em Sociologia Política.

¹ Artigo elaborado com informações disponíveis até 15 de maio de 2008.

² A esse respeito ver Lins (2007). Encontra-se ali uma competente exposição do contexto, as repercussões e implicações da chegada de Morales ao poder, bem como um panorama das condições socioeconômicas do país.

³ O país é composto por três regiões e nove departamentos: Região andina (La Paz, Oruro e Potosí), Valhes (Cochabamba, Tarija e Chuquisaca) e Lhanos (Santa Cruz, Beni e Pando).

⁴ Inspiradas em García Linera (2003a ; b).

de autonomia, com claras sobreposições. A inclusão das autonomias culturais no novo texto constitucional – que deve ir a Referendum em 2009 – é um claro desrespeito à vontade manifesta, pelos departamentos da Meia Lua, por autonomias departamentais, no Referendum Vinculante de 2006. Na ocasião, cada departamento deveria decidir se optava pela autonomia ou se continuava com o modelo de gestão centralizada⁵.

O primeiro dos departamentos da Meia Lua a conduzir o Referendum Revocatório (continuidade da Convocação de Referendums Vinculantes de 2006) seria o departamento de Santa Cruz, ocasião em que o “sim” recebeu 85% dos votos. La Paz, principal interessada em manter o *status quo*, por reter grande parte dos recursos gerados no país, terá uma longa batalha pela frente: a despeito da vontade do governo central, dos nove departamentos da Bolívia, mais cinco departamentos, além de Santa Cruz, já estão com processos autonômicos ou pré-autonômicos em curso, três deles com votações agendadas até o mês de junho deste ano. Inclusive, dos que compõem a região andina, Potosí já estaria preparando um projeto autonômico. (POTOSÍ..., 2008). Com isso ficam praticamente isolados os departamentos de La Paz e Oruro.

O projeto autonômico do MAS, ao se pretender uma alternativa à proposta autonômica *cruceña*⁶, se tem o mérito de reconhecer a situação precária e subalterna da população indígena do ocidente boliviano, peca por ignorar os motivos da demanda por autonomia desse departamento. Peca por desconhecimento da história ou por má fé. Talvez seja por má fé que o governo tenha divulgado à exaustão que Santa Cruz pretende separar-se do país para usufruir da sua condição de região mais rica da Bolívia. Isso ignora o fato de que o anseio por autonomia é fruto de uma construção social com pelo menos 400 anos de história, anterior, portanto, à proclamação da República em 1825. Durante a colônia, Don Diego de Mendoza, o primeiro governador local, foi eleito por um cabildo⁷ popular, em uma atitude claramente autonômica e federalista contra o governo centralista espanhol.

De lá para cá, passam de mais de uma dezena as tentativas de rebelar-se contra o unitarismo, desde então assentado em La Paz e não mais em Madrid. Peña (2005) cita alguns desses momentos. Na Assembléia Constituinte de 1871 se debateria o assunto, e os federalistas foram vencidos. Em 1875 e 1876, Andrés Ibáñez se amotina e proclama uma Junta do Governo Federal, motivo pelo qual seria fuzilado em 1877. Em 1891, tem lugar em Santa Cruz *La Revolución de Los Domingos*, que cria uma Junta Federal que chegou a constituir um pequeno exército e passou a cunhar sua própria moeda. Depois disso, viria a Guerra Federal, de 1898, e o movimento *Ferrocarril o Nada*, de 1924, que exigia a construção de estradas de ferro que

⁵ Sobre as bases legais dos Estatutos Autonômicos de Santa Cruz, ver Urenda (2008).

⁶ Denominação dada aos nativos de Santa Cruz. O termo “camba” – ou ‘amigo’, forma como os guaranis chamavam os espanhóis - com o tempo passaria a ser usado como sinônimo de *cruceño*.

⁷ Forma de assembléia popular em que se convocava o povo para decidir questões coletivas. Até hoje, na Bolívia, é uma forma usada pela sociedade civil para manifestar-se.

acabassem com o isolamento da região. Em 1936, houve um levante armado de ex-combatentes da Guerra del Chaco exigindo a descentralização. Entre 1957 e 1959, o Comitê Pró-Santa Cruz lutaria para que a região passasse a receber as *regalias* (royalties de 11%) pela produção de petróleo no seu território, um direito que, embora garantido por lei promulgada em 1938, não era cumprido.

Até os anos 50 do século passado a região era praticamente esquecida pelo poder público – a estrada asfaltada que liga Santa Cruz ao ocidente data de 1958. As longas planícies só receberiam atenção com a exploração em larga escala do petróleo na década de 60. Desde os anos 80 se intensificariam os debates e a mobilização popular em busca de uma real descentralização departamental, culminando – em dezembro de 2006 – com *El Cabildo del Millón*, em que um milhão de pessoas se manifestaram pela autonomia. Nesse sentido, atribuir o desejo de descentralização à vontade de uma oligarquia, estimulada por interesses americanos, para separar-se do país, ou, ainda, de um movimento arquitetado pela minoria branca contra a causa indigenista, é no mínimo uma leitura estreita. A reivindicação tem, desde o início, um *leitmotiv*: descentralização fiscal, e não a separação do país.

Nos meses que antecederam ao Referendum, o desgaste fez Morales desfilar ante possíveis aliados ou mediadores, desde embaixadores de países vizinhos até a liderança da Igreja Católica (da qual só se aproxima quando a situação está fora de controle), incluindo a OEA e os tradicionais aliados da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas). A situação ficou de tal modo tensa que, em certo momento, Morales disse “temer que o sangue chegue ao rio...”, ao indicar que não descartava mobilizar os movimentos sociais, leais ao MAS, para deter o pleito.

O governo Morales, ao colocar as questões étnicas como norteadoras da sua luta pelo desenvolvimento do país, tem ignorado que a pobreza não tem apenas cara de *quéchuas* ou *aymaras* (as duas principais etnias de região andina), mas também tem uma faceta *camba* (denominação dada aos originários da região oriental). No projeto do governo Morales mostram-se igualmente ignorados os elementos culturais próprios da região oriental, que tem predomínio monolinguístico, com estrutura social e cultural própria, e que nunca fez parte do Império Incaico⁸. Ignora, além disso, que as lutas da região oriental estão distantes da retórica indigenista do mandatário: essas lutas não são por maior participação indígena e sim por uma fatia maior dos recursos produzidos. Como assinalam Poupeau e Do Alto (2008), ao privilegiar a reabilitação da identidade étnica, a esquerda boliviana tem descartado a desigualdade entre classes sociais como principal bandeira de luta. E mais: “em um país com maioria indígena, é natural que o governo de esquerda tente minimizar a discriminação sofrida durante séculos de exploração. Porém, para aqueles que não compartilham dessa identidade, isso pode parecer um privilégio” (p.14). O resultado é que fica afastada a possibilidade de construir consensos, integrando os pobres (de

⁸ Ver ao respeito Montes de Oca (1997), em especial o capítulo II (Geografia humana).

qualquer etnia) e/ou os mestiços que não se sentem representados pelas reivindicações pró-indígenas.

Após a vitória do sim em Santa Cruz, Morales vem convocando os prefeitos a se reunirem para superar a crise, mas os representantes da Meia Lua só pretendem fazê-lo depois dos referendos agendados. Enquanto isso, vai-se tornando cada vez mais difícil para o partido governista segurar as rachaduras que ameaçam sua frágil arquitetura. São exemplos disso a rumorosa saída do porta-voz do presidente, Alex Contreras, por não concordar com as (im)posturas do presidente, e a cada vez mais aparente divisão do MAS em dois grupos: um indigenista e um “blancoide”, como são denominados os brancos dentro do partido. Ao mesmo tempo, são bombardeados por partidos mais identificados com a esquerda tradicional, por considerar o atual governo uma reedição da burguesia burocrática (cf. FRENTE..., 2008) ou, ainda, por políticos de origem indígena que consideram que “os indígenas somente são usados como marketing (...) ou como tropas de choque” (INDÍGENAS ..., 2008).

Sem dúvida, avizinha-se uma longa queda de braço em que ambas as partes deverão jogar suas melhores cartas. De um lado, o governo respondeu, na semana seguinte ao referendun, com a nacionalização de três companhias de petróleo, sediadas em Santa Cruz, e com a chamada para um referendun nacional para rever os mandatos dos prefeitos e do próprio cargo ⁹. Por sua vez, Santa Cruz instalou sua primeira Assembléia Legislativa, e comunica que reterá o valor dos royalties do petróleo e dos impostos para alavancar as finanças do departamento.

Independentemente dos desdobramentos que a crise política e institucional venha a ter, com certeza a gestão centralizada dos recursos está em xeque, não apenas em Santa Cruz, mas em boa parte do país.

Referências Bibliográficas

FRENTE Revolucionario del Pueblo - Marxista Leninista Maoísta. *Asamblea Constituyente: Nada bueno para el pueblo*. Disponível em http://es.geocities.com/frmlm_bo/ Acesso em: 12 maio 2008.

GARCÍA LINERA, Á. Autonomías indígenas y Estado multicultural: Una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales. *Descentralización y Participación*, n. 6. FES-ILDIS, 2003a. Disponível em:

http://conflictosinterculturales.cebem.org/admin/images/cms/upload/Autonomias_indigenas_y_Estado_multicultural.pdf. Acesso em: 08 maio 2008.

_____. Autonomías indígenas. *Opiniones y Análisis*, La Paz, FUNDEMOS, n. 64, 2003b.

INDÍGENAS sólo son usados como marketing. Disponível em:

http://nuevodia.glradio.com/versiones/20080406_007417/nota_247_573834.htm Acesso em: 6 abr. 2008.

⁹ Pela lei sancionada, se o “não” receber uma quantidade de votos maior que a obtida quando foram eleitos, devem deixar os seus cargos. Isso deixa relativamente à vontade Morales, pois teria que receber um maior percentual de votos negativos (54%) do que os prefeitos (entre 37 e 48%).

LINS, H. N.. *Geometrias do embate social na Bolívia do século XXI*. Florianópolis, UFSC, CSE/ Departamento de Ciências Econômicas, 2007. (Texto para discussão 02/2007)

MONTES DE OCA, I. *Geografía y recursos naturales de Bolivia*. La Paz: EDOBOL, 1997.

PEÑA, P. *La autonomía desde Santa Cruz*. Foro Asamblea Constituyente y Autonomías Departamentales: La visión de una nueva Bolivia desde Santa Cruz. Santa Cruz, jun. 2006. CD Rom.

POTOSÍ redactó su proyecto: la Prefectura de Potosí tiene listo un proyecto de Estatuto Autonómico Departamental. *El Nuevo Día*, 5 abr. 2009. Disponível em: http://www.elnuevodia.info/Versiones/20080405_007416/nota_247_573371.htm Acesso em 05 abr. 2008.

POUPEAU, F.; DO ALTO, H. As dificuldades de uma revolução sem revolução. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Instituto Pólis, v2, n.7, p.14-15, fev. 2008.

URENDA, J. C. *Vamos por el sí... con la ley en la mano: legalidad y causalidad de los Estatutos Autonómicos*. Santa Cruz, 2008. (mimeo).

Favelas e o Crescimento Econômico

*João Rogério Sanson**

As favelas estão presentes em 100% das cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes e, em menores proporções, nas demais cidades. Segundo o IBGE, são ao redor de dois milhões de domicílios classificáveis dessa forma, embora com critérios variáveis e imprecisos. Associados às favelas há vários problemas sociais. O que está mais em evidência nos últimos anos é a guerra entre o crime organizado e os serviços de segurança pública, embora apenas uma parte da mão-de-obra do comércio de drogas ilícitas viva em favelas.

Uma das explicações para o crescimento das favelas é a migração de pessoas de baixa renda das zonas rurais para as zonas urbanas. O Brasil tinha, em 1940, apenas 31% de sua população residindo nas zonas urbanas. No Censo de 2000, estava com 81%. A migração rural-urbana acelerou-se nos anos 1950, com acréscimos médios pouco acima de um ponto percentual ao ano entre os censos de 1960 e 1980, desacelerando a partir de então. Ficou ao redor de um terço de ponto percentual ao ano no último decênio censitário.¹ Nessas décadas, o Brasil atingiu um nível de urbanização equivalente ao de países ricos, mas ainda com alto grau de favelização.

Há controvérsia sobre a definição do que é setor urbano no Brasil, pois há áreas classificadas como urbanas que, na verdade, são rurais. Embora isso possa levar à superestimação do tamanho do setor urbano, como tem mostrado José Eli da Veiga, da USP, não invalida a constatação da rapidez com que a área urbana expandiu-se nos últimos sessenta anos.

Embora a migração ocorra tanto da zona rural para a zona urbana, como de cidades pequenas para cidades médias e dessas para as áreas metropolitanas, houve em todo o período uma maior concentração nas maiores áreas metropolitanas. O problema é particularmente importante em megalópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa brutal migração, comum a muitos países de renda média e baixa, tem certamente conseqüências sociais drásticas. O grande problema desses países foi o período curto para a transferência, em comparação com os países ricos. A velocidade da geração de empregos com renda compatível com o custo de vida das grandes cidades tem sido inferior à velocidade de oferta de novos trabalhadores.

A partir de seu ponto de vista, o trabalhador migrante vê boas chances de conseguir um melhor rendimento na área urbana, especialmente nas grandes cidades. Isso é complementado por melhor acesso a serviços de saúde e educação, principalmente para seus filhos. Esses benefícios tendem a ser maiores nas capitais estaduais, pois é onde se conjugam interesses eleitorais dos três níveis de governo.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

¹ Dados apresentados pelo então Ministro das Cidades Olívio Dutra em reunião da ONU, em setembro de 2007.

De um ponto de vista de longo prazo, ocorre uma transição favelizadora que quase certamente será resolvida via crescimento econômico. O problema é saber quanto tempo passará até a aproximação desse novo equilíbrio. Por exemplo, as altas taxas de crescimento dos países asiáticos de maior sucesso econômico, como o Japão, que enfrentou problemas de favelização no pós-guerra, viabilizaram a solução em poucas décadas, ao convergirem para rendas *per capita* várias vezes superiores à do Brasil de hoje. Contudo, os países mais ricos e industrializados levaram muito mais tempo, mesmo com a ajuda da válvula de escape da emigração em massa para outros continentes.

Um dos problemas graves, associados à urbanização na velocidade que o Brasil experimentou, é o alto nível de criminalidade. Essa associação leva, às vezes, a se justificar o crime por parte de jovens pobres que vivem em favelas. Na verdade, apenas uma pequena porcentagem de favelados se envolve com o tráfico de drogas ilícitas. Membros das classes média e alta são grandes participantes desse tipo de crime, não só como vendedores, mas principalmente como consumidores.

Além disso, o crime organizado tem criado um verdadeiro Estado paralelo ao distribuir benesses e até serviços de justiça alternativos ao do Estado brasileiro. No entanto, isso pode ser visto como a simples busca de uma empresa em melhorar sua imagem na vizinhança de sua base operacional ou junto a seu público consumidor.

A atividade criminosa é normalmente imoral, talvez com algumas exceções dentro de princípios de relatividade ética. Em termos puramente estatísticos, a maior parte dos crimes é de natureza econômica. Mas as pessoas têm que primeiro justificar a si próprias que elas merecem muito mais do que estão recebendo em troca do que dão à sociedade e que a violação das normas sociais envolve custos compensáveis pelos benefícios da atividade ilegal. Assim, considerando os riscos, o ganho tem que valer a pena. Se o benefício líquido for alto, segundo a avaliação pessoal, tem até gente que acha válido participar do assassinato dos pais para, entre outros ganhos, adiantar o recebimento de uma herança. Avisar traficantes da chegada da polícia ou trabalhar como vendedor no ramo varejista de entorpecentes ilegais é uma variante bem mais leve, mas de mesma natureza.

Mas, e o que fazer enquanto a renda per capita do país não cresce o suficiente para oferecer opções de menor risco para esses jovens? Mesmo assim, não se deve ter ilusões quanto ao encolhimento do mercado das drogas, como mostra a experiência dos países de alta renda per capita. Além de redistribuição de renda com vistas a proteger as pessoas da pobreza absoluta, algo que a sociedade brasileira tem apoiado politicamente, há aspectos institucionais a serem aperfeiçoados, como a titulação da propriedade dos favelados – para ampliar o leque de opções de atividades econômicas legais – e a ampliação das ações da administração pública na oferta de serviços públicos básicos, como educação em sentido amplo, saúde e segurança para esses mesmos grupos.

A Violência Recente no Brasil¹

*Helton Ricardo Ouriques**

A recente onda de violência organizada que atinge o principal estado da federação põe em evidência não só a grande capacidade de organização dos criminosos (que, diga-se de passagem, é um belo exemplo de capacidade de comando nos moldes empresariais), como também a flagrante falência das instituições públicas ligadas à segurança no Brasil.

É evidente que estamos presenciando o clímax de um processo que já vem de longa data, cuja causa principal se encontra na brutal concentração histórica da renda em nosso país. Para usar uma linguagem da escola da regulação, nosso país implantou um fordismo pela metade, o chamado fordismo periférico (Alain Lipietz). Diferentemente de outros países da periferia (notadamente os países do Sudeste da Ásia) que fizeram o dever de casa, isto é, promoveram a reforma agrária, melhorias substanciais nos sistemas de saúde e educação e alteraram as condições salariais, o fordismo no Brasil não veio acompanhado das relações sociais correspondentes (Michael Storper). Nos anos sessenta, perdeu-se a oportunidade histórica de promover uma reforma agrária que garantisse uma transição mais lenta de uma população rural para uma população urbana, isto é, que garantisse uma distribuição menos desigual e concentrada da população em território nacional.

E esse movimento continua até hoje, principalmente com o predomínio de uma agricultura de grandes dimensões voltada para a exportação. Na verdade, pouca coisa parece ter mudado nesses 506 anos: continuamos voltados para o exterior, para parafrasear Caio Prado Júnior.

O resultado dessa tragédia histórica é perceptível nos dias de hoje, com o inchaço dos grandes centros urbanos que já não absorvem mais, na escala necessária, tanta gente na economia formal. É preciso mencionar aqui que isso se liga também ao fato de que estamos há vinte anos fazendo essencialmente políticas de ajuste e estabilização, deixando o desenvolvimento (e seu corolário planejamento) em segundo plano. O fato é que as últimas décadas presenciaram a expansão da economia subterrânea, chamada pelo saudoso Milton Santos de circuito inferior da economia.

Esse circuito inferior, embora caracterizado pelo autor citado como predominante nos meios rurais, expandiu-se sobremaneira nas periferias das grandes cidades, pois a multidão que não era absorvida pelo circuito superior (a grande

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

¹ Esse texto foi escrito em julho de 2007, a pedido do Centro Acadêmico Livre de Economia, que solicitou artigo de opinião sobre as ações do PCC no Estado de São Paulo.

indústria, o grande comércio e os serviços modernos), teve que encontrar estratégias de sobrevivência. E como, principalmente em países de capitalismo tão concentrador quanto o Brasil, o Estado sempre deixou essa massa praticamente esquecida, pouco investindo em condições de saúde e saneamento, planejamento urbano, escolas, hospitais e outros serviços de consumo coletivo, os próprios esquecidos foram praticando estratégias de sobrevivência e reprodução social. Basta assistir ao filme *Cidade de Deus* para se ter uma idéia desse processo.

Assim, no cenário em que não se tem escola, não se tem saúde, não se tem saneamento e urbanização e, é claro, não se tem segurança (ou seja, **onde não existe Estado**), não é de se estranhar que as organizações criminosas tenham proliferado e, muitas vezes, desempenhado papéis que deveriam ser do poder público. Por isso não é surpreendente que vejamos estampados nos jornais matérias como “*PCC conquista favela com leite e comida*” (FSP, 02.07.06, C1), que retrata como essa facção criminosa criou uma espécie de programa social em ponto de venda de drogas. Por isso, como diz uma empregada doméstica cadastrada no programa assistencial do PCC na favela paulista Pedra Sobre Pedra, “*para vocês da cidade o PCC traz medo, para nós da favela, leite*”. Ou, na expressão precisa de um marceneiro, “*o PCC ajuda mais a gente do que o governo. Aqui é tudo rápido*”. Mas também é elucidativa a fala de um jovem morador da mesma favela paulista: “*Qual emprego paga R\$ 500,00 por mês hoje para um adolescente sem grau de instrução? O partido paga até para quem avisa se a polícia chega perto da favela*”.

Esse é o preço que pagamos pelo assassinato econômico de uma geração. Um certo presidente disse há pouco tempo que era preciso “*exportar ou morrer*”. Pois é, estamos presenciando, na verdade, o exportar e morrer. Mas é preciso dizer também que, embora as classes sociais ligadas ao circuito superior estejam ligadas ao circuito inferior em questão, pois são elas as consumidoras das drogas ilícitas, não são elas, de modo geral, que sofrem com a violência atual. Afinal, sempre podem pagar por vigilância, sempre tem a polícia e a política a seu dispor. Os que mais sofrem são os de sempre, há mais de 500 anos...

Contornos da Economia Solidária em Santa Catarina

*Hoyêdo Nunes Lins**

Em vários países, as observadas mudanças na forma de produzir e na organização do trabalho, suscitadas pelo fim da expansão econômica do Segundo Pós-Guerra, entronizaram forte tendência ao desemprego e ao aprofundamento da precariedade nas relações entre empresas e assalariados. Perante as decorrentes adversidades, os trabalhadores passaram a perscrutar e explorar alternativas capazes de mitigar ou equacionar problemas que se afiguravam graves para numerosos contingentes.

Economia solidária no centro das alternativas

Ganharam vulto, na busca de novas possibilidades de ocupação e renda, práticas para cuja designação tem-se utilizado a expressão economia solidária. Trata-se de

“experiências implementadas no mundo todo que visam não maximizar os lucros, mas sim responder a necessidades não satisfeitas (...). O desenvolvimento desse conjunto de atividades, que permitem ao mesmo tempo uma inscrição econômica e uma inserção social, exige um novo modo de articulação entre sociedade civil e intervenção estatal (...)” (Maréchal, 1998, p.19).

Ilustrando o quanto essa temática penetrou no debate sobre ações voltadas aos estratos sociais desfavorecidos, com contribuições até conceituais, Guerra (s/d) propõe falar em “socioeconomia da solidariedade”. Seus princípios fundamentais seriam quatro: (i) solidariedade e ajuda mútua, (ii) equidade, (iii) participação democrática e (iv) respeito ao meio-ambiente.

“Em todos os casos, a expressão é utilizada para dar conta das numerosas experiências de fazer economia (em suas diversas fases de produção, distribuição, consumo e acumulação), que se caracterizam pela mobilização de recursos, fatores, relações econômicas e valores alternativos aos que são hegemônicos em nossos mercados” (op cit., p. 2).

Note-se que a idéia de economia solidária costuma aparecer vinculada à de economia social, convergindo para abordagens sobre empresas cidadãs, entre outros assuntos. E o associado debate mostra-se perpassado por referências a noções como fundos financeiros éticos, valor social e ambiental dos produtos e comércio ético ou equitativo (d’Orfeuil, 2002).

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

A atração que essa temática geral exerce sobre os poderes públicos e as coletividades territoriais deve-se aos acenos ao desenvolvimento local representados por essa reorientação na abordagem da economia. Assinale-se que o desenvolvimento local angariou prestígio por se mostrar, com ou sem razão, praticamente um novo paradigma, tendo virado quase objeto de culto em virtude das frustrações amargadas pelas tentativas de promover o desenvolvimento em outras escalas territoriais. Também influentes têm sido as suas mais que explícitas articulações com a temática ambiental.

Economia solidária fora do centro do sistema mundial: o Brasil em foco

Embora difundida em diversos meios nos países mais ricos, é na periferia e na semiperiferia do sistema mundial que a idéia de economia solidária representa uma espécie de trincheira. Quer dizer, é tida como forma de resistência em face dos imperativos do capitalismo global e, ao mesmo tempo, como plataforma para tentativas de (re)construção das condições de atendimento às necessidades dos “deixados por conta” (Palmieri, 2002).

O Brasil, como outros países latino-americanos, não ficou à margem do movimento geral de surgimento e difusão de formas de organização solidária da economia. Isso não surpreende. Embora tardiamente, em comparação com o resto da América Latina, o país foi colhido pelo furacão neoliberal das décadas finais do século XX, e as transformações no marco regulatório da economia (principalmente a abertura comercial, que desaguou em brutal intensificação da concorrência) impuseram reestruturação produtiva que reverberou em retrocesso social para imensos contingentes de trabalhadores. O desemprego cresceu e o caráter precário das relações de trabalho se agravou.

Essa dinâmica configurou caldo social que estimulou a fermentação de novas tentativas de geração de postos de trabalho e renda. Em tal processo cintilou a economia solidária, inclusive alçada às manchetes pela mão de um dos seus maiores defensores no Brasil, Paul Singer, que em meados dos anos 90 argumentava sobre a importância da solidariedade entre agentes econômicos caracterizados como pequenos empreendedores para o combate ao desemprego e para a geração de renda (Singer, 1996). Na esteira desse tipo de reflexão, o autor chegou a postular que essas novas formas de organizar a produção – o modelo cooperativista à frente – figurariam no centro das possibilidades para o surgimento de um novo tipo de sociedade (Singer, 1999).

Esse engajamento de Paul Singer foi coroado com a atribuição a ele outorgada na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), surgida no início da gestão do Governo Federal empossado em 2003. Essa secretaria representa a esfera de abrangência nacional em que são protagonizadas as iniciativas de diagnóstico, estudo e formulação de políticas para a economia solidária. Um importante produto dessas

atividades é o *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005* (Atlas..., 2006), elaborado a partir de levantamentos estaduais, que permite uma visão de conjunto sobre a economia solidária no país. O documento informa que em 2005 o Brasil possuía quase quinze mil empreendimentos do gênero, distribuídos em pouco menos de 2.300 municípios.

Economia solidária em Santa Catarina

Observa-se naquele documento que Santa Catarina não forma entre os estados com mais empreendimentos desse tipo. O Atlas registra a presença de 431 (envolvendo 133 municípios), número equivalente a apenas 2,9% das iniciativas contabilizadas no Brasil, uma participação pouco inferior à do Paraná (3,5%) e bem abaixo da representatividade do Rio Grande do Sul (10,9%), para só mencionar a Região Sul.

Vale assinalar que essa escassa incidência refere-se a estado onde as conseqüências sociais das mudanças registradas pela economia brasileira na década de 90 foram bastante agudas, seja em meio urbano, seja em meio rural. De todo modo, levantamentos mais recentes, efetuados em 2006-2007, indicam incremento na quantidade dessas iniciativas no estado. Estatísticas do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), instalado no Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies), informam ser 690 o número desses empreendimentos em Santa Catarina no período mais recente.

Qual a realidade da economia solidária em território catarinense? As informações disponíveis no SIES indicam o seguinte.

Predominam no estado, como de resto em todo o Brasil, empreendimentos na forma de associações e cooperativas. Juntas, essas duas modalidades correspondem a mais de $\frac{3}{4}$ do conjunto repertoriado em Santa Catarina, só as associações representando cerca de 47%. Essas iniciativas distribuem-se, no que concerne aos espaços de atuação, em meio rural e em meio urbano. As que operam só em meio rural representavam 35% do total; as exclusivas ao meio urbano eram 30%; as híbridas, com presença simultânea nos meios rural e urbano, superavam $\frac{1}{3}$ do conjunto.

No levantamento realizado no âmbito do SIES, observa-se que os motivos para criação dos estabelecimentos em Santa Catarina seguem o padrão observado no país todo e mesmo internacionalmente. A ordem em que foram apontadas as indicações, partindo da razão mais mencionada, revela a seguinte hierarquia:

- busca de maiores ganhos
- necessidade de fonte complementar de renda
- criação/operação de atividade cuja propriedade é coletiva

- exploração de alternativa ao desemprego

Os tipos de atividades que predominam nesses empreendimentos são os serviços ligados à agricultura e o cultivo de hortigranjeiros. Mas também se observam atividades de fabricação, tanto de artefatos têxteis (exceto os artigos de vestuário) quanto de produtos alimentares elaborados em padarias, confeitarias e pastelarias. Como mostra a tabela 1, diversas outras atividades de transformação, cultivo e comercialização pertencem ao rol das práticas desenvolvidas.

Tabela 1

Atividades dos empreendimentos de economia solidária catarinenses – 2007

Tipos de atividades	Nº de empreendimentos
Atividades de serviços ligados à agricultura	62
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	51
Criação de bovinos	34
Outras atividades associativas, não especificadas	34
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exceto vestuário	26
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	26
Criação de outros animais	24
Aqüicultura e serviços relacionados	23
Crédito cooperativo	23
Comércio atacadista de outros produtos alimentícios, não especificados anteriormente	22
Preparação do leite	20
Fabric. de artef. divers. de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis	19
Cultivo de cana-de-açúcar	18
Fabricação de outros produtos alimentícios	18
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	16
Cultivo de cereais para grãos	16
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	16
Comérc. varej. de outros produtos aliment. não especific. anteriorm. e de prod. do fumo	15
Fabricação de acessórios do vestuário	15
Comércio atacadista especializado em mercadorias não especificadas anteriormente	15

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Relatórios Estaduais
(www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies)

Muitas dessas práticas enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos ou serviços. Os obstáculos dizem respeito às questões de organização, infraestrutura ou acesso a financiamento, tendo 54,6% dos empreendimentos informado enfrentar problemas dessa natureza. Em ordem decrescente de indicações, esses problemas (entre diversos outros apontados no levantamento do SIES) são motivados pelo seguinte:

- falta de capital de giro que possibilite vendas a prazo
- falta de registro legal para comercialização (impedindo emissão de nota fiscal, por exemplo)

- insuficiente quantidade de clientes
- deficiente estrutura para comercialização, envolvendo espaço, localização e equipamentos
- condições precárias para fazer frente a concorrentes e atravessadores
- dificuldade para manter a regularidade no fornecimento

Quanto ao resultado econômico, cabe assinalar que o faturamento mensal de mais da metade dos empreendimentos não ultrapassava R\$ 10 mil. Em mais de ¼ deles, contudo, o patamar situava-se no intervalo de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil, com média de R\$ 24.879,00 (Tabela 2). Esse desempenho permitia remuneração aos associados segundo o esquema abaixo, sendo majoritário o critério que se refere ao desempenho individual:

- remuneração por produtos ou produtividade: 44,2%
- remuneração fixa: 17,9%
- remuneração por horas trabalhadas: 14,0%
- não há possibilidade de remuneração: 11,8%
- a estrutura não envolve remuneração, pois se trata de autoconsumo ou trabalho voluntário: 7,9%
- outro tipo: 4,1%

Tabela 2

Faturamento médio mensal dos empreendimentos de economia solidária catarinenses – 2007

Faixas de faturamento mensal	Empreendimentos de economia solidária		Média do Faturamento
	Número	%	
Até R\$ 1.000,00	55	12,1	R\$ 599,82
De R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	122	26,7	R\$ 2.586,06
De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	70	15,3	R\$ 7.238,99
De R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	110	24,1	R\$ 24.878,89
De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	30	6,6	R\$ 72.147,94
Mais de R\$ 100.000,00	69	15,1	R\$ 534.110,24
Total	456	100,0	R\$ 93.442,85

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Relatórios Estaduais (www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies)

Obs.: 229 empreendimentos informaram faturamento igual a zero, e 5 não informaram

A remuneração média mensal das pessoas envolvidas na condição de associadas não superava dois salários mínimos em mais de 2/3 dos empreendimentos. A tabela 3, que apresenta dados para 351 daquelas iniciativas (50,9% do total) – número significativo (281) não respondeu à indagação sobre o assunto –, permite

visualizar o perfil das remunerações. Note-se que 58 estabelecimentos informaram não remunerar.

Tabela 3

Remuneração média mensal nos empreendimentos de economia solidária catarinenses que conseguem remunerar os associados – 2007

Faixas de remuneração em salários mínimos (SM)	Empreendimentos de economia solidária	
	Número	%
Até ½ SM	55	15,7
De ½ a 1 SM	61	17,4
De 1 a 2 SM	121	34,5
De 2 a 5 SM	100	28,5
Mais de 5 SM	14	4,0
Total	351	100,0

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Relatórios Estaduais (www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies)

Obs.: 58 empreendimentos informaram remuneração igual a zero, e 281 não informaram

Vale ainda assinalar que, na maior parte dos casos (48,3% das indicações), os empreendimentos foram instalados com recursos dos próprios sócios. Mas doações (20,2%) e empréstimos ou financiamentos (15,1%) também foram informados, um assunto que enseja comentário sobre a questão financeira e sobre o que ela representa.

Dificuldades para obtenção de crédito caracterizaram 41,4% das situações pesquisadas, relacionando-se, aliás, aos aspectos financeiros grande parte dos problemas apontados como dificuldades presentes ou já enfrentadas. Taxas de juros altas e incompatíveis com a capacidade dos empreendimentos foram os problemas mais citados. Mas também aparecem, por ordem decrescente de indicações, a impossibilidade de apresentar aval ou garantia, quando do pedido de empréstimos, e a documentação exigida pelos agentes financeiros; a burocracia dos agentes financeiros; a inadequação dos prazos de carência exigidos; e a inexistência (ou ao menos a insuficiência) de linhas de crédito condizentes.

Considerações finais

A disseminação das práticas de economia solidária representa a contra-face da deterioração das condições de reprodução social de volumosos contingentes de trabalhadores no período contemporâneo. É assim internacionalmente e também no Brasil, onde a maré montante das atividades com esse perfil inclusive motivou importantes providências institucionais localizadas no plano da administração federal, com repercussões nas demais órbitas federativas. Embora se diga, como procede Vainer (2000), tratar-se de um oxímoro ou um paradoxismo – vocábulos que indicam haver numa mesma expressão termos que se rejeitam –, a economia solidária estaria a

sinalizar, em algum grau, uma espécie de reelaboração do fazer econômico, com ecos na esfera da reflexão sobre a economia e o desenvolvimento.

O significado aparente da multiplicação dessas experiências, como fonte de alternativas para muitos trabalhadores às voltas com a contração do horizonte de possibilidades, tendo em viata as mudanças econômicas contemporâneas, força reconhecer a importância de políticas públicas para o seu estímulo e sustentação. Cabíveis em diferentes escalas de ação governamental, mas com fertilidade talvez mais favorecida quando o nível local-municipal se destaca na concepção e implementação, essas políticas devem mirar o equacionamento dos problemas e dificuldades que hoje prejudicam uma maior plenitude e vigor da economia solidária.

Referências bibliográficas

ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

D'ORFEUIL, H. R. Des entreprises vraiment citoyennes. *Le Monde Diplomatique*, n. 584, p. 1, Nov. 2002. (Supplément: Avec l'économie sociale et solidaire, une autre façon de créer et de produire).

GUERRA, P. Qué es la economía de la solidaridad? *Economía Solidaria*, Montevideo: Kolping, Cartilla n. 1, s/d. Disponível em: <www.kolping.org.uy> Obtido em: fev. 2008.

MARÉCHAL, J-P. Demain, l'économie solidaire. *Le Monde Diplomatique*, n. 529, p. 1 e 19, Avr. 1998.

PALMIERI, J. De Lima à Dakar, un mouvement international. *Le Monde Diplomatique*, n. 584, p. 2-3, Nov. 2002. (Supplément: Avec l'économie sociale et solidaire, une autre façon de créer et de produire).

SINGER, P. Economia solidária contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, p. 1-3, 11 jul. 1996.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VAINER, C. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? *Unitrabalho informa*, São Paulo, Rede Unitrabalho, v. 3, n. 10, p. 10-11, jan. 2000.

.....

**Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.**

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br. Disponível também na homepage <http://www.cse.ufsc.br/gecon> - Publicações - Textos para Discussão.

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins (coord.editorial), João R. Sanson e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos*
Apoio: *Centro Sócio-Econômico*